

O LUGAR DO SUSPENSO: SITUAÇÕES DA CIDADINIDADE VERTICALEIRA

LOUREIRO, Bárbara Côrtes

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da
Universidade Federal de São Paulo

Bolsista pela CAPES

l.barbaracortes@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este resumo se refere ao desenvolvimento da pesquisa que venho realizando no âmbito do mestrado junto às práticas desportivas e artísticas em altura especialmente concentradas no “viaduto Sumaré”, na zona oeste da capital paulista. Essas práticas são usualmente conhecidas como modalidades verticais, e se definem pela realização, por suas agentes, de suspensão corporal por cordas em alturas extraordinárias em relação às dimensões anatômicas de seus corpos, organizando-se em categorias tais como o rapel, o *rope jump* e o *highlining*. Diante da permanência – há mais de três décadas - e do caráter excepcional e não-previsto dessa expressão cidadina de relação com o equipamento urbano ali, concerne à pesquisa investigar seus mecanismos de estabelecimento e seus possíveis efeitos sobre algumas significações e funcionalizações atribuídas à arquitetura urbana pela ação institucional, passando pelo senso comum.

Para isso, neste momento da pesquisa, procuro desenvolver quatro principais eixos de discussão: a) pressupostos e funcionalizações da arquitetura pelo planejamento urbanístico, por agentes institucionais e consensos culturais; b) o imaginário em torno da altura e da verticalidade como elementos determinantes ou significantes da/na cidade; c) usos não-previstos e seus potenciais efeitos de (res)significação do espaço e d) discursos justificadores, estratégias e negociações nas dinâmicas de disputa narrativa e territorial.

O objetivo geral desta pesquisa é investigar potenciais de ressignificação de espaços pelas práticas verticais a partir de um determinado contexto, compreendendo em sua raiz as interpretações e ressignificações feitas pelas próprias agentes a respeito dos



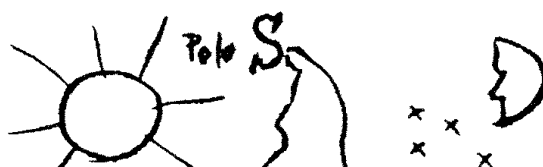
equipamentos que envolvem, e sobre os quais realizam suas práticas. A investigação das implicações dos usos criativos da arquitetura e do contexto urbano por praticantes de modalidades verticais aciona, aqui, a noção de relações situacionais proposta por Michel Agier e compreende seus agentes como cidadãos que “fazem a cidade” (AGIER, 2011), constituindo o que chamaremos neste recorte de usos *verticaleiros* do contexto urbano.

MATERIAL E MÉTODOS

O desenvolvimento da pesquisa se estabelece sobretudo a partir da observação participante de modo que, levando em conta o contexto da pandemia de covid-19, tem se realizado pelos meios virtuais de interação que participam do *circuito* (MAGNANI, 2014) verticaleiro – conversas pelas chamadas redes sociais digitais, acompanhamento de publicações e divulgações nessas redes - para conversas e para coleta de imagens produzidas por interlocutores do campo, públicas ou diretamente solicitadas -, entrevistas de roteiro aberto por chamadas de vídeo, conversas por aplicativos de mensagens instantâneas online.

A ida presencial a campo está programada para acontecer a partir do próximo ano, com frequência e condições suscetíveis aos acontecimentos relacionados à pandemia. Nas oportunas idas presenciais a campo, fará parte da observação o uso de técnicas verticais para acompanhamento das interações ocorrentes durante a suspensão corporal no “espaço aéreo” ou vertical. Nessas circunstâncias também está planejado coletar imagens e vídeos autorais a partir da perspectiva visual que a prática proporciona em relação ao espaço urbano que a rodeia. Para tanto, utilizarei uma câmera comum de telefone celular, fixada ao punho; uma corda de rapel compartilhada (já usualmente instalada pelos grupos praticantes no local, durante os horários de prática), um *arnês* (cinto acoplado a suportes para as pernas, para uso específico em práticas verticais), *mosquetões* (ganchos com fecho, que conectam o arnês à corda, para uso específico em práticas verticais) e *gri-gri* (alavanca manual com dispositivo autoblocante para controle de velocidade e paradas no percurso).

DISCUSSÃO



A constatação de uma forte “verticalidade” na compreensão de grandes centros urbanos contempla, ao mesmo tempo, uma ampla gama de sentidos e funcionalizações, desde a concentração geográfica de grupos sociais até representações e articulações simbólicas de poder, divisão, distinção e organização de corpos citadinos e suas práticas. Teresa Caldeira descreve algumas estruturas verticais – os “muros” - como “instrumentos para organizar diferenças no espaço urbano” (CALDEIRA, 2000, p. 23). Alexandre Barbosa Pereira, por outro lado, revela que algumas práticas citadinas – a pixação, nesse caso – podem promover uma “recriação do espaço urbano, com a construção de novas referências” (PEREIRA, 2012, p. 89).

É certamente o caso das práticas verticais. De maneira especialmente notável na condição de viadutos e pontes, em que não se tem apoio para os pés, as práticas verticais, por definição, estabelecem situações de suspensão, ocupando - e, assim, constituindo – um lugar da pendência, isto é, do que não está estável, resolvido ou definido. O corpo e sujeito suspenso situa-se, assim, “no caminho”, que, como processo, objetivo e significante de sua prática, é um lugar por si só. Quero então discutir possíveis brechas para transformação ativa daquilo que se entende por e para espaços urbanos, quando resultante de compreensões funcionalizadas – e portanto dotadas de uma limitada relação de “maneiras corretas” ou possíveis de uso e relação - da altura na cidade, da arquitetura e de equipamentos urbanos. Partindo daí estabeleço diálogo com o entendimento de práticas citadinas emergentes como insurgências (HOLSTON, 1996) que promovem, com ou sem consciência de seu potencial aspecto subversivo, usos não-convencionais e não-previstos da verticalidade, relevando o possível não-previsto, não capturado.

No caso específico das práticas verticais e das agências verticais no contexto da Sumaré, até este momento vem se consolidando a hipótese de uma dinâmica discursiva de autoproteção por mediação simbólica em relação ao Estado. Ao contrário de uma afirmação pela ruptura ou subversão frente a normatividades ou agentes de poder, aciona-se noções de cidadania com fins, expressos ou não, de negociação da justificação da permanência das práticas verticais ali. Nesse movimento, praticantes de configurações variadas acionam



elementos representativos de uma moralidade comum, como “segurança” e “família”, e eventualmente estabelecem sua identidade por oposição a outras práticas, apontadas ou sugeridas em sua diferença conforme o que está em jogo no contexto, em relação à imagem que se visa – ou se precisa – defender para permanecer no local de forma tacitamente autorizada.

Nesse sentido, é interessante observar que os perfis socioeconômicos entre praticantes variam tanto quanto os de raça, sexo, posicionamento político e idade: há notada diversidade e, até o momento, é difícil afirmar que haja um padrão dominante configurando um “tipo” verticaleiro, o que derruba a hipótese de uma conduta discursiva centralmente determinada por categorias sociais estruturais. Na verdade, o que se nota rapidamente, além de razoável heterogeneidade, é a organização de uma dinâmica na qual o livre compartilhamento de equipamentos é comum, desde que se siga critérios de cuidado e modo de uso, sob o consenso de que não deve haver indagações, investigações ou questionamentos sobre o poder aquisitivo de quem leva mais, menos ou nenhum recurso para os encontros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O campo é vivo e, no mesmo tempo em que as circunstâncias de quem pesquisa, se movimenta. Com o fenômeno da pandemia de covid-19, o fazer-cidade verticaleiro se remodela, bem como seus impactos e as possibilidades de sua observação e compreensão. O que se pode dizer, no momento, é que até este ponto a pesquisa vem se desenvolvendo conforme aquilo a que se propõe, fértil de descobertas a partir das narrativas em disputa com que estabelece contato. Considerando não uma adaptação do campo ou um campo adaptado, mas antes um campo outro, em si, que é, procuro ir de encontro à ideia viva de cidade que Michel Agier descreve - a qual, nas palavras de Frúgoli & Cordeiro, “engloba muitas e variadas cidades que (...) estão na base de um projeto de antropologia urbana mais preocupada em compreender **o que esses ambientes urbanos produzem de novo** do que em inventariar o que vai desaparecendo (...).” (AGIER, 2011, p. 20, grifo meu). Também para Lefebvre, lembrado em Ingold, “cada monumento ou edifício, visto em seu contexto e ambiente, é mais “arquitextural” do que arquitetural” (LEFEBVRE, 1991, p. 118 apud. INGOLD, 2015, p.



128), é dizer a possibilidade da cidade como sensorialidade em movimento. Para a sensibilidade verticaleira, faz sentido. A cidade não se resolve: se realiza - na pendência.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) pela oportunidade de realização desta pesquisa e dos estudos que a ela complementam; à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão de bolsa de mestrado e apoio à dedicação a esta pós-graduação em tempo integral; a Alexandre Barbosa Pereira, pela dedicada orientação, pela disposição de ricas análises e referências, e pela compreensão e prontidão diante de minhas dúvidas e inseguranças; a Andréa Barbosa pela co-orientação desta pesquisa, sempre cheia das mais inspiradoras contribuições, pelo olhar cirúrgico ao meu trabalho, pelo carinho e a amizade; aos colegas do Grupo de Pesquisas Visuais e Urbanas (Visurb), pelas trocas tão sensíveis de seus processos de pesquisa e pela confiança de trazer sempre suas trajetórias à conversa. Agradeço com particular alegria às pessoas verticaleiras que concederam entrevistas até o momento, Alan Mahseregian, Alexandre Zani, Boca, Thalia Ribeiro, pelas reflexões que construímos em continuidade e pela pronta abertura a compartilhar experiências e impressões envolvendo as práticas verticaleiras que compõem este campo; e a todas as pessoas que usam e fazem a cidade ocupando os espaços aéreos e a verticalidade urbana, revelando o amplo potencial de ampliação das perspectivas na construção de cidadinidades.

REFERÊNCIAS

AGIER, Michel. "Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos". São Paulo: Ed. Terceiro Nome, 2011.

CALDEIRA, Teresa P. do R. "Cidade de Muros: Crime, segregação e cidadania em São Paulo". São Paulo, Edusp; Editora 34, 2000.

HOLSTON, James. "Espaço de cidadania insurgente". In: Revista do IPHAN, n. 24, 1996.

INGOLD, Tim. "Estar vivo. Ensaio sobre movimento, conhecimento e descrição". Petrópolis, Vozes, 2015.

MAGNANI, José G. C. "Circuito: proposta de delimitação da categoria", In: Ponto Urbe [Online], v. 15, 2014.

PEREIRA, Alexandre B. "Cidade de riscos: notas etnográficas sobre pixação, adrenalina, morte e memória em São Paulo". In: Revista de Antropologia [Online], v. 56, 2012.

